

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a
(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO IX

Outras disposições

Artigo 147.º - A

Avaliação da implementação das Medidas de Autoproteção em edifícios escolares

- 1- O Governo assegura, em articulação com a Administração local, a elaboração de pareceres e relatórios de avaliação da implementação das Medidas de Autoproteção (MAp) em edifícios escolares, nomeadamente, observar os incumprimentos verificados na implementação destas MAp, especificamente para os edifícios Escolares - UT IV., atendendo às regras para a sua implementação que constam da legislação portuguesa no Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro que publica o Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios (RJ-SCIE), com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 123/2019, de 18 de outubro, bem como na Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro que publica o Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (RT-SCIE), com a redação que lhe foi conferida pela Portaria n.º 135/2020 de 2 de junho.
- 2- O Governo assegura, em articulação com a Administração local, a manutenção e correto funcionamento dos sistemas de SCIE, definidos com base na legislação,

como forma de facilitar o cumprimento das manutenções e combater as ações de adulteração dos sistemas quando deixam de funcionar ou funcionam incorretamente.

Nota justificativa:

As medidas de autoproteção (MAp) enquanto conjunto de procedimentos organizados que promovem a redução do risco de incêndio em edifícios, tendo em vista a preservação da vida humana, património, bens e ambiente, são uma exigência regulamentar em vigor desde 1 de janeiro de 2009.

Os indicadores obtidos em inquéritos direcionados a responsáveis de estabelecimentos escolares com MAp elaboradas, determinam como principal incumprimento a ausência de formação em SCIE exigível a todos os funcionários. Quanto às causas dos incumprimentos, identificam a falta de meios humanos com tempo e conhecimento e a falta de meios financeiros. Concomitantemente, os responsáveis de estabelecimentos escolares sem MAp elaboradas assinalam ainda a falta de pressão inspetiva pela ANEPC. O desconhecimento, a falta de percepção do risco e das responsabilidades por parte dos principais atores na prevenção e redução do risco de incêndio em escolas, fragiliza a capacidade de atuar assertivamente em caso de incêndio.

Formação e sensibilização em SCIE são elementos-chave de investimento para fomentar o cumprimento da implementação das MAp, bem como são oportunidades de melhoria para aumentar a resiliência dos ocupantes do edificado escolar. Em particular, a formação de Responsáveis e Delegados de Segurança deve ser certificada. As ações de sensibilização estão em destaque para a aplicação eficaz de conhecimento obtido em formações. O ajuste nas coimas e a sua aplicação com reforço na pressão inspetiva para o seu cumprimento são o caminho para reduzir a não implementação de MAp.

São Bento, 31 de Outubro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA,



André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa